


A close-up photograph of a child's hand holding a white marker, drawing a blue, abstract, swirling shape on a white surface. The background is slightly blurred, showing other colors like green and yellow.

Escola

O espelho da sociedade

Entender o ambiente escolar como um lugar de diversidade é o primeiro passo para a promoção da cultura de paz



Os problemas da violência dentro das escolas são complexos, e nenhuma pessoa ou instituição sozinha poderá resolvê-los, sendo necessário um trabalho ampliado com outros segmentos sociais e governamentais. Em um cenário de corresponsabilidade e participação, o doutor em Ciências Sociais, filósofo e especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública Robson Sávio Souza afirma que a violência deve ser analisada e enfrentada como algo complexo e não apenas como um ato isolado, procurando descriminalizar os conflitos e trabalhá-los pedagogicamente. “O pior dos mundos, no entanto, é essa espetacularização da violência na escola, que serve somente para a implementação de respostas simplistas, ampliação do mercado privado da segurança, criminalização de segmentos infantojuvenis empobrecidos e o retorno ao velho discurso da repressão como lenitivo para o enfrentamento de um problema que demanda a responsabilização de todos os atores do processo educativo: pais, professores, diretores, comunidades, governos e especialistas”, diz ele.

Se, por um lado, existe a questão da violência no ambiente escolar, por outro, observa-se uma potência criadora e ativa nas escolas – crianças e jovens inquietos que demandam novos modelos de educação. E isso é muito positivo.

Em fevereiro de 2014, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) instalou o Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo do município de Belo Horizonte/MG para debater e promover uma política de atendimento socioeducativo mais humano e transparente. Para que o trabalho do Fórum fosse eficaz, foram criadas comissões temáticas, sendo uma delas a Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas, que atende a diferentes ramos, como as unidades de acolhimento, de internação e semiliberdade, e que realiza também um trabalho específico em escolas da capital mineira, o *Programa Nós – Núcleos para Orientação e Solução de Conflitos Escolares*.

A justiça restaurativa se utiliza de uma arma poderosa para promover um ambiente escolar de qualidade: o diálogo. Diferente da mediação, em que o mediador participa de forma neutra e foca principalmente a resolução concreta dos problemas, a justiça restaurativa é um procedimento mais profundo, no qual o envolvimento do facilitador é participativo e direto. Ele conta suas próprias histórias para estimular as pessoas a fazerem o mesmo, valorizando as pessoas como seres capazes de se ligarem por meio de suas emoções e sentimentos. “Assim, o diálogo, que em um processo de justiça restaurativa é ordenado para que todos tenham oportunidade de falar e de escutar de forma qualificada, tem grande importância para permitir que as pessoas compreendam quais as necessidades de todos e pensem em como fazer para satisfazê-las de maneira consensual”, explica a promotora de Justiça/MPMG e coordenadora da Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas, Danielle Arlé.

A comunicação não violenta, técnica focada na satisfação das necessidades das pessoas, é uma potente ferramenta usada nesse processo. Muitas vezes, as palavras, os gestos e o tom de voz que são usados refletem apenas as necessidades pessoais e até mesmo a agressividade. Dessa maneira, perde-se a oportunidade de se construir algo com o outro. Nas escolas, a prática acontece, normalmente, por meio de círculos de paz e/ou círculos restaurativos entre vítima, ofensor e comunidade. Os envolvidos se sentam em roda, sem mesas, para que todos se vejam por inteiro, em posição de igualdade. A atividade se inicia com a cerimônia de abertura, que pode ser a leitura de uma poesia ou exercício de respiração e relaxamento. Esse momento é importante para distinguir o círculo em relação ao ambiente externo. Em seguida, o facilitador apresenta as orientações para aquele momento e, então, cada participante tem a oportunidade de se expressar, segurando o bastão de fala, objeto que ajuda a dar ordem à dinâmica. No fim do círculo, acontece a cerimônia de encerramento, com o mesmo propósito da de abertura.

Passo a passo para a COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

- 1** Observar a situação sem emitir julgamento, limitando-se a fazer uma descrição precisa do que ocorreu.
- 2** Perceber como se sente diante dessa situação que descreveu.
- 3** Identificar qual a necessidade humana básica que foi afetada pela situação descrita.
- 4** Fazer um pedido específico e positivo (ação de fazer) a outra pessoa. Esse pedido deve refletir uma das formas possíveis para garantir nossa necessidade.

SEGUINDO ESSES PASSOS, PODERÍAMOS ESTRUTURAR NOSSA FALA DA SEGUINTE FORMA:

"No dia/situação/momento ..., quando você agiu de forma ..., eu me senti ... porque minha necessidade de ... foi afetada.

Eu gostaria que você ..."

Fonte: Programa Nós

Desde 2005, a advogada, jornalista e filósofa Flávia Resende realiza formação de mediadores em diversos órgãos, entre eles o MPMG, até receber o convite de formar jovens mediadores, capacitando-os para resolver os próprios conflitos. "Se antes eu resolvia conflitos de adultos, estimulando-os a dialogar, compreendi que o diálogo não poderia ficar restrito às situações envolvendo somente questões jurídicas. A educação precisa acontecer de forma dialógica para a construção de uma sociedade mais horizontal, pacífica e democrática", destaca ela.

Uma das capacitações que Flávia desenvolveu foi com educadores da E. M. Theomar de Castro Espindola, na capital mineira. A instituição recebe alunos com realidades bem diferentes, e está localizada entre um bairro de classe média e uma comunidade onde o tráfico de drogas e a falta de recursos sociais é presença marcante na vida dos moradores. Por lá, os círculos de paz foram desenvolvidos com alunos de 5 a 9 anos de idade, faixa etária em que as crianças estão descobrindo o ambiente escolar, um desafio que é complementado muitas vezes pela negligência familiar. "Essa negligência impacta no ambiente escolar, porque não é só o problema de a criança não trazer um lápis ou um uniforme, mas as carências, as necessidades psicológicas. Se não sabe falar, bate. Se tem uma falta de um lado, a violência supre de outro – é o atacar para me defender –, isso é muito evidente", explica Patrícia Corrêa, coordenadora pedagógica da escola e uma das facilitadoras dos círculos na instituição.

A escola ainda passa por um processo de transição. Os círculos começaram a ser realizados no segundo trimestre de 2018, mas os resultados desse trabalho já são evidentes, segundo a coordenadora. "É difícil você viabilizar os sentimentos e, quando você dá essa oportunidade para eles, alguns começam a chorar, outros te abraçam em forma de agradecimento, porque a prática perpassa toda a vida. Por

exemplo, na hora de organizar a fila do recreio, eu não preciso estar com o bastão de fala, mas com um gesto, com o olhar, eu os chamo para essa responsabilização, da importância de lidarem uns com os outros. É incrível essa construção”, conta Patrícia. O trabalho resultou em vídeos e na produção de mandalas com valores ditos pelos próprios alunos, tudo apresentado na reunião de pais e na festa da família realizada pela escola em junho deste ano, sensibilizando também os familiares.

O trabalho com os círculos mostra que um ambiente seguro e afetuoso nas escolas é fundamental para criar um espaço de significado na vida da comunidade e construir relacionamentos saudáveis. “A sensação é de que estávamos no fim do abismo, sem saber o que fazer, e, junto com a justiça restaurativa, abriu-se uma ponte onde foi possível ver um outro caminho. Agora, estamos construindo essa ponte em conjunto: alunos, educadores e famílias em condição de igualdade”, destaca Patrícia.

PARA DENTRO DOS MUROS

A escola, ao longo dos tempos, tornou-se um espaço de muita diversidade, um aspecto positivo no que se refere ao acesso democrático à educação. Ao mesmo tempo, todos os movimentos de direitos humanos que surgiram, principalmente no pós-guerra – movimento negro, de mulheres, LGBT+, das pessoas com deficiência, a declaração de direitos das crianças e adolescentes, dentre outros –, deram força e visibilidade às minorias. Hoje, as pessoas conhecem os seus direitos, têm acesso a uma gama de informação e clamam por respeito e autonomia.

Se, por um lado, a diversidade promove a criatividade e o multiculturalismo, por outro, o confronto de ideias pode gerar a violência. O bullying é um dos grandes exemplos de como a não aceitação do outro interfere nas relações interpessoais. Somado a isso, os fatores sociais são outro problema. A organização familiar e as próprias condições de moradia e de renda constroem um ambiente de referência para o sujeito, que pode levá-lo a caminhos promissores ou tortuosos.



Arquivo pessoal

As mandalas produzidas nos círculos de paz enfeitaram a festa da família na E. M. Theomar de Castro Espíndola, em Belo Horizonte/MG

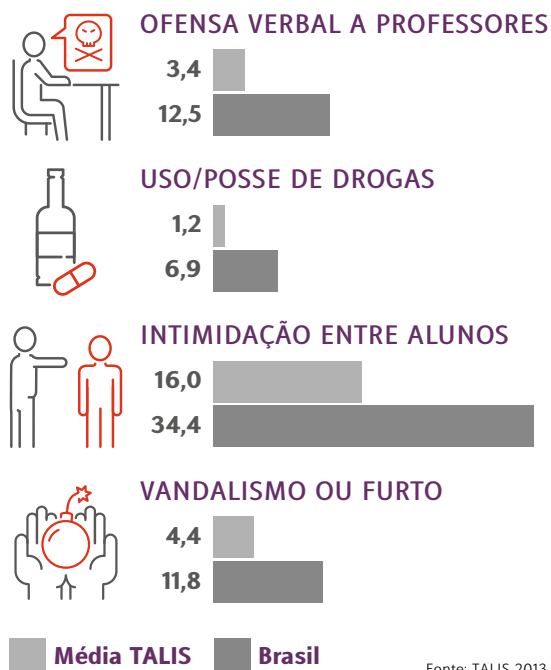
O País carrega estatísticas alarmantes. Dados do *Atlas da Violência de 2018*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revelam que, em 2016, 50,3% das vítimas por morte violenta foram jovens de 15 a 29 anos. Já a Síntese de Indicadores Sociais 2017 (SIS 2017), realizada pelo IBGE, mostra ainda que, em 2016, cerca de 50 milhões de brasileiros tinha renda familiar de 5,5 dólares por dia, valor adotado pelo Banco Mundial naquele ano e equivalente a R\$ 387,07.

É evidente que a questão econômica anda lado a lado com a realidade violenta do País, e que não para nos muros das escolas. De 2003 a 2013, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) analisou os dados de 34 países para desenvolver a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis). No quesito clima escolar, mais de um terço dos professores brasileiros (34%) estão em escolas em que a intimidação ou ofensa verbal entre os alunos acontece semanalmente, o maior percentual verificado entre os países participantes da pesquisa.

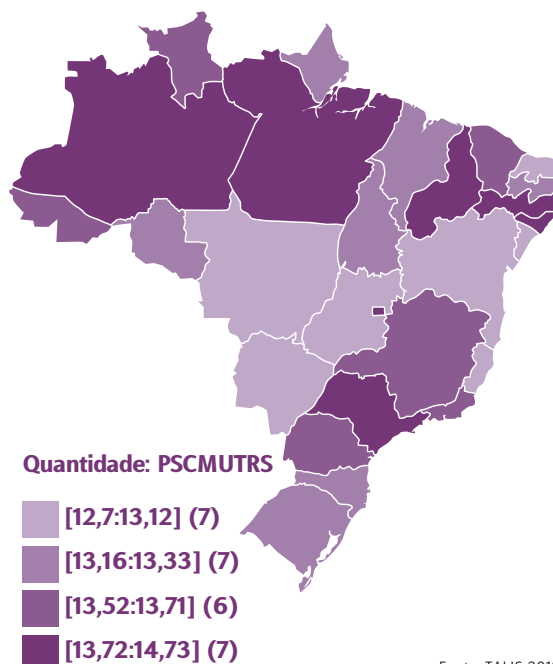
Para Souza, “a violência dentro da escola é um reflexo da violência social que campeia o País. E a comunidade escolar precisa lidar com essa questão com honestidade”. Apesar do contexto social, o especialista destaca que esse fenômeno não é novo, com relatos desde o século XIX.

Estudos mostram que é possível caracterizar de três formas a conduta violenta em instituições de ensino: a violência na escola se refere àquelas que ocorrem dentro da instituição escolar, mas não estão ligadas às suas atividades, como roubos, invasões e acertos de contas por grupos rivais. A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição educacional, e ocorre quando os alunos agridem os professores, por exemplo. Por fim, há também a violência da escola, que é a institucional e simbólica e se manifesta, por exemplo, na forma como a instituição escolar define os

Percentual de professores em escolas cujos diretores observam as seguintes ocorrências toda semana



Distribuição geográfica do índice de respeito mútuo



modos de composição das classes, as formas preconceituosas de tratamento dos alunos ou a atribuição discricionária de notas pelos professores.

No que diz respeito às duas primeiras categorias, a violência nos estabelecimentos escolares tem, muitas vezes, relação com desordens socioambientais que acabam por naturalizar e banalizar as manifestações violentas na sociedade. “Os incidentes são produzidos nesse fundo de tensão social e escolar onde um pequeno conflito pode provocar uma explosão. As fontes de tensão podem estar ligadas às relações familiares e comunitárias, mas também ao ambiente degradado na (e pela) própria instituição de ensino. Por isso, é importante a articulação da escola e suas práticas de ensino com a sociedade em seu entorno”, explica Souza, acrescentando que “é papel da escola, enquanto instituição de educação para a cidadania, problematizar essa sociabilidade violenta. Afinal, fundamentalmente, a escola deveria formar cidadãos capazes de conviver com as diferenças, sem se impor por meio de variadas formas de violência”.

No que diz respeito à terceira forma, a violência da escola, esta é uma das mais veladas, pois muitas vezes não produz feridas visíveis ou depredação de ambiente, é o preconceito a agressão mais silenciosa. A maioria das instituições trabalha com normas criadas sem levar em consideração o outro (no caso, o estudante), os professores, sem compreender que cada geração que chega ao mundo vai construindo valores diferentes e que o que cabe à escola é acompanhar o novo, abrindo possibilidades para o reino da liberdade. Esse é o campo de estudo do pesquisador e filósofo Amauri Ferreira, que nos últimos dois anos analisou as diversidades e os modos como a inclusão é realizada na Educação Básica, até chegar ao campo da violência escolar.

A pesquisa, intitulada *Representações e descrições de figuras para estudantes cegos no ensino de ciências*, concluiu que a escola ainda não sabe como lidar com os sujeitos da

inclusão social e nem com as várias diversidades que passaram a habitar o espaço escolar, tornando esse outro que chega à escola uma coisa, um objeto sem direito a voz. “Se refletirmos que o exercício da violência só se apazigua com a construção da liberdade, que é um dos princípios que está presente na ética e na política, e que um dos objetivos da escola é educar para a cidadania, perceberemos que, quando esse princípio não é cultivado na instituição escolar, a tendência é a objetivação de vários tipos de violência”, explica Ferreira.

Se o problema sempre existiu, a questão é como lidar com sabedoria com tudo isso. “Toda mudança estrutural vem da base. E o incômodo causado pela violência, se enfrentado pedagógica e criativamente, poderá gerar outras sociabilidades que priorizem práticas mais democráticas dentro das escolas e um modelo educacional mais inclusivo, plural e capaz de valorizar as diferenças”, destaca Souza.

OUTROS CAMINHOS

Lidar com a violência da escola e na escola também tem uma relação direta com a valorização do professor. “Uma violência evidenciada é a baixa remuneração dos profissionais de ensino, o que leva a um tipo de ignorância que acaba sendo cultivada. O professor não se atualiza, pois as pesquisas que se transformam em livros não chegam até eles. Os livros são caros, e sua distribuição para a formação desse educador não ocorre”, acrescenta Ferreira.

Não existe uma receita que responda às especificidades das manifestações da violência em múltiplos ambientes escolares. Contudo, naturalizar a violência e/ou o discurso de vitimização é o pior a se fazer, pois ambos produzem imobilismo e tendem a amplificar os problemas relacionados a violência. “O melhor é que cada escola faça um diagnóstico das formas de manifestação da violência e que, a partir disso, elabore métodos de enfrentamento, envolvendo toda a comunidade escolar. Há inúmeras boas práticas difundidas”, conclui Souza. ◇

